



A ORDEM REDENTORISTA E O JORNAL SANTUÁRIO DA TRINDADE¹

William de Souza Barbosa²

Universidade Estadual de Goiás

Morrinhos, Goiás, Brasil

williamsouzab@gmail.com

Resumo: A intervenção de Roma com o intuito de “reformatar” a Igreja Católica deu início ao movimento ultramontano, o qual consiste em controlar as práticas laicas dentro Igreja e na comunidade de fieis, e, acima de tudo, afirmar a infalibilidade papal e poder da Igreja. A chegada dos missionários redentoristas a Goiás marca uma trajetória única e fundamental para que possamos compreender o movimento ultramontano no estado, tanto em sua esfera política, quanto religiosa. Neste sentido, o artigo que se segue pretende analisar a atuação da ordem redentorista a partir de 1894 em Goiás, com destaque na criação e consolidação do jornal o *Santuário da Trindade* (1922-1931), o qual atuou como forma difusora do catolicismo em Goiás, estimulando a participação dos católicos na Igreja e combatendo as religiões não católicas.

Palavras-chave: Redentoristas, Goiás, Igreja Católica, Ultramontanismo.

Introdução

O movimento ultramontano foi marcado por uma série de ações da igreja católica, desde a submissão total das igrejas locais a Santa Sé ao combate de práticas religiosas não católicas. Muito se fala em “reforma” ou até mesmo em “romanização” provinda deste

¹ O presente artigo é fruto do projeto de pesquisa intitulado: “Uma praga mais perniciosa que a peste”: o combate redentorista ao espiritismo pelo jornal Santuário da Trindade (1922-1931), coordenado pelo prof. Me. Robson Gomes Filho (robson.educacao@yahoo.com.br).

² Graduação em História (UEG – UnU-Morrinhos-GO)

movimento, em que este pretendia adequar as igrejas locais ao padrão romano instituído. “A partir do final do primeiro Império se presenciou no Brasil um esforço contínuo, por parte dos ultramontanos, para reformar a igreja brasileira e levá-la à plena ortodoxia de acordo com a Igreja Católica Apostólica Romana, a qual pertenciam.”(SANTIROCCHI, 2010:26).

O principal aspecto do movimento ultramontano era conseguir de fato a romanização da Igreja, fazer com que o clero seguisse as especificações de Roma, como podemos ver em (SILVA, 2001:60-61):

Entre outras questões, buscava retomar as determinações tridentinas, sacralizar os locais de culto, moralizar o clero, reforçar a estrutura hierárquica da Igreja e diminuir o poder dos leigos. As principais ações estavam voltadas para os seminários, com o objetivo de implementar uma teologia a serviço da formação pastoral, a partir da melhoria e ampliação da formação do clero brasileiro[...]

A reformulação dos dogmas da Igreja era inevitável, pois, além da Igreja estar passando um momento em que estava enfraquecida pela separação com o Estado, as ideias liberais provindas do Iluminismo arraigavam entre a população mais esclarecida. Com o culto católico cheio de características tidas como “supersticiosas” advindas do catolicismo popular, bem como pela notável força da classe leiga através das “irmandades católicas”, o clero se via incapaz de se manter organizado.

Neste cenário podemos ver como dois dos principais reformuladores da fé católica em Goiás os bispos D. Claudio José Ponce de Leão e seu sucessor D. Eduardo Duarte da Silva, este último o qual nos ocuparemos a falar adiante, já que foi este quem trouxe a Goiás os padres redentoristas.

O bispado de D. Eduardo Duarte da Silva (1891-1907): do ultramontanismo à chegada dos Redentoristas em Goiás.

O bispado de D. Eduardo Silva retratou o momento em que o catolicismo popular vai de encontro com o catolicismo oficial, o qual nos trás a tensão entre a corrente ultramontana e o catolicismo popular em Goiás, daí a importância deste bispo de linha ultramontana no cenário goiano, principalmente no que diz respeito às romarias populares. O referido bispo chegou em Goiás em 29 de setembro de 1891, estudou em Roma na Universidade Gregoriana, permanecendo ali até 1875.

D. Eduardo utilizou como principal meio de reforma as cartas e visitas pastorais, em que, em algumas ocasiões foi motivo de confusão entre ele, os líderes políticos e líderes de irmandades leigas, organizadores das romarias.

Logo após sua chegada D. Eduardo tratou de reativar o Seminário Santa Cruz com

custeamento feito pelos pais dos seminaristas, tentou também a venda ou o aforamento de terras obtidas pelas paróquias. Com a separação entre Igreja e Estado as condições financeiras das dioceses eram precárias, principalmente em Goiás, onde o movimento monetário era extremamente baixo, por ser uma economia agrária. Começou então uma verdadeira disputa entre o bispo e os coronéis locais pelo controle das romarias como as de Barro Preto (atual Trindade) e Muquém (atual Niquelândia). D. Eduardo tentou de várias formas levantar fundos para sua diocese como podemos ver em Gomes Filho (2012:142).

As capelas, que se tornariam paróquias, acabavam por possuir terrenos que cobriam cidades inteiras, algo que durante o Padroado não era visto como problema. Entretanto, com a separação entre Igreja e Estado esta situação se tornou insustentável: se por um lado o arrendamento destes territórios se tornou uma das saídas possíveis para a crise financeira da Igreja, por outro, o conflito com as intendências municipais era um desgaste que Dom Eduardo julgou desnecessário.

Estava para se iniciar um conflito entre o bispado e parte da população de Goiás, principalmente em sentido político, econômico e religioso. D. Eduardo vendo que seus esforços não estavam tendo o resultado esperado, seja pelo "aforamento" ou pela pouca quantia arrecadada pela Igreja nas missas, dízzimos ou doações, tratou logo de tomar para si a administração das principais romarias populares de sua diocese.

Um dos aspectos característicos das romarias populares em Goiás, era a tradição de festas, bebedeiras, jogos e comércio durante as celebrações, que, segundo o bispo, não era próprio do catolicismo. Começou aí o embate com o catolicismo popular, no qual D. Eduardo tratou de seguir para o santuário de Barro Preto para tentar o controle da romaria do Divino Pai Eterno, como podemos ver em Vaz (1997:85):

Tendo já assumido o governo da diocese um mês após ter ocorrido a romaria anual, D. Eduardo perguntou ao tesoureiro da irmandade pela renda da festa, pelo cofre, pelo livro de contas e compromissos. Quanto aos livros, apareceu apenas o de compromisso, contendo apenas um simples visto feito por D. Cláudio durante visita pastoral, as anotações indicavam a distribuição da renda entre os membros da irmandade. O dinheiro arrecadado na festa, vinte e dois contos, nunca apareceu, pois tinha sido investido na compra de bois.

Podemos notar que os principais propulsores do conflito entre o bispo e os controladores da romaria foram de aspectos financeiros, pois a Igreja necessitava de uma fonte de rendas própria. Para tanto, D. Eduardo nomeou para administração da romaria o padre Francisco Inácio de Souza. Em Muquém D. Eduardo teve um novo atrito com o coronel da região. “O coronel havia feito chegar-lhe a ameaça dizendo que se lá fosse iria sentir o gosto do cacete.” (VAZ, 1997:88). Contudo após um dialogo entre D. Eduardo e o coronel, conhecido na época como “O terror do norte”, o bispo fez uma nova eleição o qual, nomeou os componentes indicados pelo próprio coronel, em que passava a prestar contas ao vigário da

paróquia.

Após a nomeação do padre Francisco para administração da romaria, o mesmo teve de fugir ameaçado de morte pelos líderes políticos. Após tal incidente D. Eduardo decidiu viajar à Europa em busca de fundos para sua diocese e os padres religiosos para a tentativa de “cristianizar” e controlar financeiramente a romaria de Trindade. Deste modo, o bispo entrou em confronto com os líderes políticos do estado, neste caso os Bulhões, como podemos ver em (VAZ, 1997:85):

Mas a disputa entre o bispo e a irmandade, da qual também participaram os coronéis do município, líderes políticos da região, ganhou uma dimensão estadual, passando a ser, inclusive, tema de debate entre os Bulhões, através do seu jornal, Goyaz, e o periódico Estado de Goyaz, do cônego Inácio Xavier da Silva.

A manutenção da Igreja por meio da ação ultramontana era de extrema importância já que o catolicismo oficial nem de longe preponderava em Goiás. Podemos notar a tentativa deste bispo de restaurar os poderes da Igreja, a necessidade de legitimar o sacerdote como instrumento necessário de salvação, não apenas pelo controle das festas religiosas como meio de renda, mas como doutrinação do povo, instituindo um clero obediente às regras, em outras palavras, “a romanização da Igreja”.

Segundo Weber (2009) é parte da tarefa do sacerdote indicar ou criar a doutrina a ser seguida e por meio de tal doutrina estabelecer o que é de fato sagrado ou não, sendo o sacerdote o único capaz de manipular os bens de salvação, dotado de conhecimentos em que se denomina um saber sagrado,

Em todo caso, porém, o sacerdócio é incumbido da tarefa de determinar sistematicamente a nova doutrina vitoriosa ou a velha doutrina defendida contra os ataques proféticos, de delimitar o que é ou não considerado sagrado e de impregnar isto à crença dos leigos para garantir sua própria soberania. Nem sempre é a ameaça aguda ocasionada por uma profecia diretamente voltada contra os sacerdotes que faz fluir esse processo, antiquíssimo na Índia. Também o puro interesse na consolidação da própria posição contra possíveis ataques e a necessidade de assegurar a própria prática contra o ceticismo dos leigos podem levar a resultados semelhantes. (WEBER, 2009: 314)

O fato é que mesmo o clero em Goiás tendo um contingente reduzido, D. Eduardo buscou uma reforma efetiva a começar pelos seus sacerdotes. Devido as dificuldades para administrar sua diocese demasiado grande, não havia outra opção senão buscar ajuda junto a Santa Sé. Assim, em 1894, em viagem a Roma, D. Eduardo conseguiu para a administração do santuário e romarias a Congregação Redentorista, vindos da Baviera, primeiramente solicitados à Goiás e depois à São Paulo a pedido do bispo D. Joaquim Arcoverde, para controle da romaria de Nossa Senhora Aparecida, em Aparecida do Norte (SP).

O controle da romaria de Barro Preto (Trindade) era essencial para que se concluísse

a cristianização de Goiás, visto que era a romaria com maior número de peregrinos. A medida direta para tal foi a entrega do controle da romaria aos padres redentoristas. Contudo, mesmo depois da administração do santuário ter sido entregue aos citados missionários, houve ainda resistência à aceitação dos religiosos estrangeiros em Goiás, como cita Vaz (1997 :86):

Alguns anos depois, em julho de 1900, ocorreu, com D. Eduardo já morando em Uberaba, novo conflito pela direção do Santuário e pela renda da romaria. Os padres redentoristas foram destituídos por um coronel da região da administração do Santuário. Em visita pastoral às paróquias de Goiás, D. Eduardo encontrou-se com o superior do convento redentorista, o pe. Speth, justamente quando chegava a Campinas. Acompanhado por homens desta localidade, por um juiz de Direito, o Dr. Martins de Bela Vista, e por vários padres, D. Eduardo vai a trindade onde na igreja encontra o coronel Anacleto Gonçalves de Almeida, que se auto – intitulava bispo, nomeando novo sacristão para o santuário e transferindo a festa para outra data.

Houve então outro confronto pelo santuário segundo relatos do próprio bispo, o confronto atingiu proporções violentas, no qual, ao entrar na igreja com seus homens tentando restaurar a administração do santuário, o coronel Anacleto os ameaça fortemente armado. D. Eduardo já cansado decide interditar a romaria, “o interdito e a retirada dos redentoristas do santuário, entre 1901 e 1903, o comercio de Trindade, bem como o preço da terra, foram bastante prejudicados. Tais fatos levou as lideranças da cidade, inclusive o coronel Anacleto, a voltarem atrás [...]” (VAZ, 1997: 87).

A chegada e desafios iniciais da Ordem Redentorista em Goiás

A Ordem Redentorista chegou ao Brasil no dia 21 de outubro de 1894, no Rio de Janeiro, assim seguindo para São Paulo, chegando os designados a Aparecida no dia 28 de outubro, e os que foram destinados para Goiás seguiram para Uberaba, indo à cavalo até chegarem a Campininhas no dia 12 de dezembro.

No total foram 14 missionários enviados ao Brasil para tal empreitada; 8 foram para diocese de Goiás, são eles: Padre Gebardo Wiggermann(superior) , 51 anos de idade, Padre João da Mata Späth, 63 anos(Admonitor), Padre Miguel Siebler, 29 anos, Fr. Lourenço Hubbauer, 22 anos, Irmão Norberto Wagenlehener, 37 anos, Irmão Gebardo Konzet, 39 anos, Irmão Ulrico Karmermeir, 27 anos e Irmão Floriano Grilhist, 23 anos, e o restante para São Paulo – como já foi mencionado.

Entre as inúmeras dificuldades encontradas pelos redentoristas, a diferença entre idades causava atrito internamente. Os mais velhos se queixavam dos mais novos e assim sucessivamente. “Já entre os componentes da primeira turma a aportar no Brasil, era notável a diferença de idade. [...] Padre Hubbauer dizia: “Aqui, os velhos se queixam dos moços e estes daqueles. Os moços sofrem tentações, os velhos aborrecimentos”(PAIVA, 2007:197).

O idioma era outra barreira que dificultava o trabalho dos redentoristas. O primeiro missionário a iniciar trabalhos de missão foi o padre Gebardo Wiggermann, por saber espanhol e, por isso, ter tido facilidade de aprender português. Os longos caminhos a serem percorridos em lombos de burros eram outro empecilho à missão redentorista, nisto percorriam o interior do estado, como aponta Gomes Filho (2012: 144):

A missão redentorista em Goiás, inicialmente, se organizou da seguinte forma: um padre na paróquia de Campininha e os demais realizando as chamadas “desobrigas” em lombos de burros pelo interior do estado: “seis meses na missão, seis meses em casa, por causa da chuva”, foi o acordo estabelecido por Padre Wiggermann com Dom Eduardo, ainda na Alemanha.

Houve dificuldades como doenças, desistência, depressão, seguido de tensões internas até mesmo com o próprio bispo D. Eduardo. Em 29 de setembro de 1907, foi criada a diocese de Uberaba, D. Eduardo é então transferido para lá, gerando um alívio entre os Redentoristas, sendo ainda nomeado para o bispado de Goiás D. Prudêncio³.

Os conflitos na Ordem entre os mais velhos e os mais jovens teve “fim” quando o Padre Gebardo Wiggermann foi substituído pelo Padre Roberto Hansmair na direção da vice-província brasileira. Mas como cita Paiva (2007), ainda em 1910 a Ordem Redentorista em Goiás foi ameaçada de ser fechada, graças aos esforços do então bispo D. Prudêncio e o Padre Superior Antão Jorge Hechenblaickner, a província continuou funcionando. Referida congregação continuou em harmonia com o bispado até 1921. Com a morte de D. Prudêncio, todavia, iniciou-se outro conflito entre o novo bispado e a ordem, como veremos a frente.

Em 1922 o bispo D. Emanuel Gomes de Oliveira, bispo da Ordem Salesiana irmão de D. Helvécio Gomes, bispo de Mariana, assumiu a diocese de Goiás. Novamente o que se segue é um conflito financeiro em torno da arrecadação da romaria de Trindade, onde em 1924 o bispo pediu revisão do contrato com os redentoristas.

Diante de tal situação, especialmente com a condição financeira da diocese indo de mal a pior, Dom Emanuel forçou os Redentoristas a aceitarem um novo contrato, negociado em 1924. Neste, embora a congregação reivindicasse pontos como a duração de pelo menos mais 25 anos de contrato e uma participação da diocese em apenas 50% da arrecadação anual, Dom Emanuel forçou a assinatura do contrato vigorando por apenas mais 10 anos, e uma participação da diocese em 80% da arrecadação total da Congregação, especialmente com a Romaria de Trindade. (GOMES FILHO, 2012:150)

Contudo houve mais uma desavença entre o bispo e os redentoristas, como sugere : Paiva (2007: 231):

No governo Getúlio Vargas, a partir de 1930, Dr. Pedro Ludovico Teixeira foi nomeado interventor no estado de Goiás. Como tivesse poderes para tal, decidiu mudar a capital do estado, da cidade de Goiás para uma outra localidade de mais

³ Sobre os conflitos entre os redentoristas e o bispo Dom Eduardo, ver: Gomes Filho (2011).

fácil acesso. Após, muitas negociações, a escolhida foi Campininhas. Dom Emanuel tudo fez para que Bonfim, onde ele havia construído o seminário, fosse a escolhida. Dr. Pedro Ludovico era já amigo dos Redentoristas e se hospedava com eles quando de passagem por Campinas. Após a escolha, o relacionamento do bispo com os Redentoristas mudou, tornando-se ele desafeto dos missionários.

Notamos o quão foi conturbada a tentativa de implantar em Goiás um clero obediente e um povo que seguisse os preceitos segundo a Igreja, num ambiente totalmente desfavorável às condições dos padres estrangeiros, sendo estes pioneiros na cristianização romana em Goiás. A partir deste ponto percebemos com os redentoristas a criação de mais um meio para a propagação do catolicismo em Goiás: o periódico *Santuário da Trindade*.

Em 1922 foi iniciado pelos Redentoristas a criação e edição do Jornal *Santuário da Trindade*, visando manter a conservação da fé católica, combatendo intensamente o espiritismo, maçonaria e protestantismo. A manutenção da ordem religiosa era necessária ainda que os redentoristas tivessem conseguido cristianizar principalmente a romaria de Trindade, pois havia sobrevivido no povo goiano alguns costumes do catolicismo popular, bem como, e acima de tudo, com liberdade de culto implantada no Brasil e com ela a chegada de novas e diversas religiões não católicas em Goiás. A reafirmação do catolicismo deveria ser feita de todos os meios possíveis inclusive com a criação do jornal.

O Jornal *Santuário da Trindade* como instrumento de manutenção da hegemonia católica face às demais religiões.

O jornal *Santuário da Trindade* foi editado entre 1922 e 1931, pela Congregação Redentorista e passou a realizar um papel importantíssimo no que se refere ao combate as religiões não católicas no estado, uma peça histórica que nos remonta as diversas formas de manifestação ao combate das demais religiões e contribuindo para propagação das mais variadas notícias de Goiás e do mundo.

Criado com a ajuda do Padre João Batista Kiermaier, ex Vice- Provincial transferido para Goiás, o periódico conseguiu autorização junto ao Superior Geral e bispado, editado em Campinas. Em 1910 em Aparecida já havia o jornal *Santuário de Aparecida*, tendo como redator o próprio Padre João Batista Kiermaier, sendo este portanto, um predecessor daquele. Inicialmente o *Santuário da Trindade* era impresso quinzenalmente depois passou a ser impresso semanalmente a partir do ano de 1924.

O jornal traz variadas notícias situando o leitor do que acontece no mundo, tendo uma participação ímpar na sociedade, em um local com poucos ou nenhum meio de comunicação. A estrutura do jornal na maioria de suas edições foi seguida de tópicos como:

Reflexões, a qual vinha sempre com alguma história relacionada com a igreja afim de demonstrar ao fiel o verdadeiro caminho; *Noticias Religiosas*, sobre o corpo eclesiástico, quando as missas eram realizadas, ou mesmo notícias do Brasil e do mundo que tangessem assuntos religiosos; *Noticias Varias*, informava o leitor sobre o que ocorria de importante seja no cenário nacional ou internacional de variados assuntos; *Anedotas*, o qual sempre expunham um posicionamento através de piadas, seja ele religioso, político, ou mesmo meramente humorístico; *Notas do Santuário*, situava o leitor sobre o santuário de trindade e a ação dos padres Redentorista; dentre outras que iremos estar expondo no decorrer deste trabalho. Segue, para iniciarmos nossas reflexões, algumas citações com o intuito de analisar o posicionamento dos editores. Primeiramente, quanto aos objetivos do jornal:

Apresentamos aos catholicos o primeiro numero do “Santuário da Trindade”. Que pretende este jornal e qual será sua orientação?

Trindade é, sem contestação, o santuário mais frequentado e querido dos catholicos deste grande Estado de Goyaz. O nosso Jornal será o orgam desta devoção popular, será uma voz que deste santuário partirá, contando a os fieis o que aqui se passa e renovando-lhes as impressões piedosas que d’qui levaram.

Desde que o saudoso d. Prudencio viu-se obrigado a iterromper a publicação do *Lidador*, Goyaz não tem mais nenhnn jornal catholico.

O *Santuário da Trindade* não poderá suprir a falta do *Lidador*, mas será um jornal catholico, que procurara augmentar nos catholicos o conhecimento da Religião e o amor a Egreja, a fidelidade no cumprimento dos deveres e o interesse pelas cousas da Religião. Ao mesmo tempo procuraremos repelir as agressões contra a Religião e prevenir os catholicos contra os laços que lhes armam os inimigos da Egreja. (Autor desconhecido. *Santuário da Trindade*. Ano 1, n.1, 01/07/1922)

Pode-se notar que o jornal tem como propósito principal combater as religiões não católicas, uma vez que, segundo os editores, “procuraremos repelir as agressões contra a Religião e prevenir os catholicos contra os laços que lhes armam os inimigos da Egreja”. Com a liberdade de Culto estabelecida no Brasil a partir de 1890, a Igreja Católica se vê desprotegida do seu “direito” de ser a única religião com liberdade de culto no país. Desta forma fica evidente a sua tentativa de se promover enquanto religião única e universal, com destaque no combate feito pelo jornal o Santuário da Trindade a partir de 1922. Sobre tal combate, tomamos duas matérias que nos parece bastante elucidativas.

1) Combate ao espiritismo:

A senhora Z, moradora em Petropolis, frequentava uma casa espírita e em pouco, começou a fazer sessões em sua casa, sem licença do marido.

Passados alguns meses, dizia ella ouvir vozes e barulhos na casa e que, durante a noite, os espiritos cantavam..

Quando o marido soube, já era tarde : teve de recolhel-a a uma casa de saude.

Ahi, ultimamente, ella arrancou um dos olhos e furou o outro, dizendo que não precisava dos olhos para se comunicar com os espiritos.

Acha-se agora internada no Hospicio. (Autor desconhecido. *Santuário da Trindade*. Ano 1, n.12, 02/12/1922)

Podemos identificar no discurso do jornal a necessidade de expressar o quão nocivo,

sob sua ótica (corroborada com as instituições médicas) seria o espiritismo. Desta forma podemos entender esta tentativa de provar por meio da medicina, ao que poderia levar pertencimento religioso. De todo modo, o combate aberto que o jornal faz contra tal religião pode ser visto como um mecanismo de defesa da Igreja contra as demais religiões, na intenção de se legitimar enquanto única religião capaz de garantir a salvação.

Destarte, a intenção por trás da ideia de loucura parece ter sido a de mostrar ao leitor católico que se este entrasse em contato com o espiritismo coisas terríveis poderiam lhes acontecer, pois, conforme elucida a notícia, “ella arrancou um dos olhos e furou o outro, dizendo que não precisava dos olhos para se comunicar com os espiritos”.

2) Combate ao Protestantismo :

[...]Conhecemos um ministro protestante, que anda por ahi afora pregando a seita sem a menor convicção. E’ interessante a historia deste ministro. Filho de paes catholicos e educados na Religião Catholica, infelizmente não soube ou não quis corresponder aos muitos sacrifícios que a família fez para que o jovem seguisse uma carreira honesta na sociedade; pois como era indolente e muito preguiçoso, não aproveitou o tempo de estudos, pelo o que a família ficou muitíssimo desgostosa. Não obstante este proceder, o jovem teve a coragem de pedir em casamento a filha dum parente seu. O pae da moça, porem, oppoz-se tenazmente.[...](Autor desconhecido. *Santuário da Trindade*. Ano 1, n.19, 10/03/1923)

A repressão às demais religiões mais uma vez se torna explicita no discurso do jornal, no qual nota-se que a idealização e criação do jornal segue com o proposto, dentre outras coisas, de perpetuar a hegemonia católica no estado de Goiás. A crítica dos editores desta vez é acerca do protestantismo: “infelizmente não soube ou não quis corresponder aos muitos sacrifícios que a família fez para que o jovem seguisse uma carreira honesta na sociedade”. Desta forma, podemos identificar que a carreira de ministro evangélico deveria ser vista como desonesta, contrariando o que a Igreja Católica prega, pois “o jovem teve a coragem de pedir em casamento a filha dum parente seu. O pae da moça, porem, oppoz-se tenazmente”. Assim, vemos a necessidade de a Igreja Católica desmoralizar a religião protestante e seguir com seu discurso de única religião merecedora de ser seguida.

Conclusão

Os redentoristas foram de notada importância para o controle e romanização da romaria de Barro Preto, precedida de vários embates quanto a renda financeira anual do santuário. Desde D. Eduardo até a época contemporânea à criação do jornal no bispado de D. Emanuel, Goiás viveu um momento ímpar na história da religião católica, sendo palco de inúmeras peculiaridades.

Destarte, podemos notar claramente a necessidade da Igreja Católica de se impor enquanto instituição única e necessária para a salvação de almas. O jornal *Santuário da Trindade* pode ser visto como reflexo de tal necessidade. Porém ainda é notável que o catolicismo oficial e ultramontano, imposto primeiro na tentativa de extirpar o catolicismo popular, que nas palavras de D. Eduardo estava “cheio superstições e bobagens”, continuam ainda hoje entre as romarias e festas de Goiás. Disso, parece denotar, todavia, não um fracasso do movimento ultramontano em si, mas, antes, uma importante reorganização do catolicismo no estado de Goiás (seja romano, seja popular) de modo a explicitar as tensões do contexto de proclamação da república, e, com ela, da liberdade de culto garantida por lei no Brasil.

Referências

GOMES FILHO, Robson. A repressão religiosa ao movimento messiânico de santa Dica pela Ordem Redentorista em Goiás (1924-1925). Dissertação (mestrado)- Universidade Federal de Ouro Preto, 2012.

PAIVA, Gilberto. A província redentorista de São Paulo (1984-1955). Aparecida, SP: Editora Santuário, 2007.

RÜSEN, Jörn. Metodologia: as regras da pesquisa. In: Reconstrução do passado: teoria da História II: os princípios da pesquisa histórica. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2007.

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. “Uma questão de revisão de conceitos: romanização – ultramontanismo – reforma”. Temporalidades: revista discente do programa de pósgraduação em história da UFMG. Vol. 2, n. 2, ago/dez, 2010.

SANTOS, Leila Borges Dias. Ética da Súplica: catolicismo em Goiás no final do século XIX. Goiânia: Ed. da UCG, 2008.

SILVA Mônica Martins da. A festa do Divino. Romanização, Patrimônio & Tradição em Pirenópolis (1890-1988). Goiânia: AGEFEL, 2001

VAZ, Ronaldo Ferreira. Da separação Igreja-Estado em Goiás à nova cristandade. (1891-1955). Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Goiás, 1997.

WEBER, Max. Economia e Sociedade: Fundamentos da sociologia compreensiva. 4ª ed. Brasília: ed. Da UnB. 2009. V. I

Documentos

SANTUÁRIO DA TRINDADE (Jornal). Campininha das Flores (GO). 1922-1924.(Goiânia – GO).